

A revolução da cidadania em busca de uma república democrática*

José Murilo de Carvalho**

Introdução

O tema que me foi dado pelo ministro Velloso é “A revolução da cidadania: como o povo e a sociedade civil podem dizer o que querem ao Estado”. Junto com o tema veio também a orientação de que deveria levantar pontos para debate dentro de um viés pragmático, isto é, voltado para a eventual definição de uma agenda de transformação da sociedade. Vou procurar seguir as duas indicações. Para felicidade dos ouvintes, não vou apresentar uma discussão teórica sobre os problemas da cidadania hoje. Definirei alguns conceitos indispensáveis e, a partir deles, buscarei levantar pontos para discussão dentro da temática proposta.

Conceitos

Para efeito desta exposição, suponho que o objetivo a ser alcançado pela sociedade brasileira seja a construção de uma república democrática. Defino república democrática como um sistema político que se sustenta sobre um tripé de valores: a liberdade, a igualdade e a participação.

Chamo a liberdade de república, a igualdade de democracia. Participação é o agente catalisador que produz o amálgama de liberdade e igualdade, que vem a ser a república democrática.

Liberdade, igualdade e participação não convivem facilmente. Só excepcionalmente coexistiram nos sistemas políticos históricos. Pode-se dizer mesmo que sua convivência é fenômeno da contemporaneidade ocidental. Historicamente, liberdade e igualdade viveram com frequência às turras, e a participação podia ser um fator positivo ou negativo na combinação das

duas. A liberdade muitas vezes sobreviveu à custa da igualdade, a igualdade muitas vezes destruiu a liberdade, a ampliação da participação foi muitas vezes causa do colapso da liberdade e da igualdade.

Percursos históricos

Pode-se dizer que as combinações de liberdade, igualdade e participação existentes hoje em dia originaram-se de três grandes revoluções históricas. A primeira delas foi a revolução econômica que marcou o mundo anglo-saxão. Sua base foi a liberdade civil que acompanhou a criação da sociedade de mercado. Foi uma revolução de baixo para cima, de fora para dentro do Estado. A sociedade moldou o Estado. Essa revolução provocou de início grande desigualdade, mas, ao longo de extenso período histórico, promoveu um nível razoável de igualdade dentro da liberdade, sob o impulso de crescente participação. A Inglaterra é hoje uma república democrática.

A segunda revolução foi política, seu modelo foi a França. Começou também de baixo para cima, mas seu alvo foi a conquista e a reforma do Estado para, por meio dele, operar a transformação da sociedade estatal em sociedade de mercado. A ênfase inicial na igualdade causou grandes restrições à liberdade e só muito lentamente chegou-se à convivência dos três componentes. A França é hoje uma república democrática.

A terceira revolução foi social e tem seu melhor exemplo na experiência soviética. Também se deu de baixo para cima e buscou conquistar o Estado. Mas o radicalismo de sua ênfase democrática levou ao sacrifício total da liberdade e da participação. Oitenta e oito anos depois, no entanto, graças à aceitação da liberdade e da participação, a Rússia e os antigos satélites da União Soviética caminham também para a formação de repúblicas democráticas.

A quarta revolução foi a brasileira que, como a batalha de Itararé, não houve. Não tivemos revolução econômica, política ou social. Luís Werneck Viana, inspirado em Gramsci, fala de uma revolução brasileira passiva. Creio que ele quer dizer que as coisas se

* Extraído da Revista do Centro Dom Vital – A Ordem, volume 95, 2006, Editora Folha Carioca Ltda.

** Graduação em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1965), mestrado em Ciência Política – Stanford University (1969), doutorado em Ciência Política – Stanford University (1975), pós-doutorado em História da América Latina na University of London (1977), professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras.

movem, mesmo sem acontecimentos dramáticos. Isso, sem dúvida, acontece. Mas, mesmo admitindo a hipótese, o que me interessa aqui é o passivo gerado pela revolução passiva. Em 117 anos de regime chamado republicano, tivemos durante 41 anos, até 1930, uma república oligárquica de liberdade para poucos e alta desigualdade; durante 15 anos, até 1945, tivemos uma ditadura democrática, sem liberdade e participação, mas com preocupação com a igualdade; durante 19 anos, até 1964, tivemos um esboço de liberdade com participação ampliada, mas sem igualdade; por 21 anos, até 1985, tivemos uma ditadura sem liberdade, igualdade e participação; finalmente, passados mais 21 anos, temos hoje uma república com liberdade e participação, mas ainda não democrática na medida em que a igualdade apenas muito lentamente se constrói.

A revolução da cidadania

O problema central, o nó, de nosso sistema político hoje é exatamente este: por que uma república liberal com participação ampliada não gera igualdade, não se transforma em república democrática? As evidências da persistência da desigualdade não precisam ser expostas aqui. Houve, a partir do início do século, pequeno avanço na redução da desigualdade, mas o Brasil permanece na companhia dos 9% de países mais desiguais do mundo. O número de pobres está em torno de 35 milhões, variando de acordo com a definição usada. Também houve avanços, e esses maiores do que na renda, nesse outro componente importante da desigualdade que é a educação. Mas permanece o fato de que 7% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos e cerca de 70% são analfabetos funcionais. A dificuldade de reduzir a desigualdade é agravada pelos baixos índices de crescimento da economia que nos últimos dez anos ficou abaixo da média mundial. A pergunta que me foi colocada, “como o povo e a sociedade civil podem dizer o que querem ao Estado”, tem a ver exatamente com esse ponto, com a ineficácia da participação em ambiente de liberdade para produzir resultados mais contundentes no terreno da igualdade.

A primeira resposta à pergunta é, obviamente, que em um sistema representativo a maneira pela qual o povo diz ao governo o que quer é pelo exercício do voto. Ora, o povo brasileiro é obrigado a votar e vota ampla e maciçamente, mais do que em repúblicas democráticas. De 1945 até hoje, a expansão do voto foi

espetacular, passou de 13% para 70% da população. Por outro lado, se chamarmos de sociedade a parte organizada do povo, ela também age com liberdade no campo político, civil e jurídico. Se há ampla participação do povo e da sociedade organizada, das duas uma: ou a participação é um instrumento inadequado para gerar mudança, ou há algo errado com ela. De um ponto de vista histórico, a primeira hipótese é perfeitamente justificada. É possível mesmo dizer que, historicamente, a igualdade foi introduzida com maior eficácia e rapidez em regimes ditatoriais. No Brasil, isso se deu durante a ditadura do Estado Novo. Na América Latina de hoje, ainda estamos cercados de exemplos de tentativas de limitar a liberdade em nome do social. Mesmo no Brasil, houve ensaios recentes nessa direção.

Mas minha premissa aqui, e estou seguro que é também a premissa do organizador do fórum, é a de que o Brasil deve buscar a realização de uma república democrática, não de uma ditadura democrática, mesmo que a última seja encarada apenas como uma etapa para a primeira. Historicamente, a ditadura democrática foi sempre vista como ponto de chegada e não de transição. Ela se tornou etapa intermediária contra a vontade de seus operadores. A premissa republicana (preservação da liberdade) foi parte do pacto que levou ao poder o governo atual. Resta, então, perguntar se há algo de errado na representação, ou na maneira como é praticada entre nós.

Representação ineficaz

A representação parlamentar está desgastada em todo o mundo. O esvaziamento político do Congresso e a desmoralização dos políticos não é especialidade nossa. Onde vigorem sistemas presidencialistas de governo, o Parlamento perde poder diante do Executivo e do Judiciário. Mas desmoralização pela corrupção é mais nossa do que das repúblicas democráticas. A combinação de esvaziamento com desmoralização gera enorme desencanto com o sistema representativo, fenômeno que se espalha pela América Latina, a se crer nas pesquisas do Latino-barômetro. Segundo essas pesquisas, em 2005 apenas 53% dos latino-americanos consideravam a democracia política superior a qualquer outra forma de governo. Entre os brasileiros, apenas 37% tinham essa opinião. Na América Latina, apenas 31% estavam satisfeitos com o funcionamento da democracia, no Brasil, 22%. Na América Latina, 36%

confiaram no governo, 28% no Congresso, 31% no judiciário, e 19% nos partidos políticos. Não é surpresa que a farra mensaleira, seguida da absolvição corporativa dos culpados, tenha gerado um movimento a favor do voto nulo.

Entre nós, os representantes oficiais do povo, têm-se comportado de tal modo a levar a níveis inéditos a desmoralização do sistema representativo e de toda a República. Tornamo-nos uma república das arábias quando a Procuradoria-Geral da União apresentou denúncia contra 40 ladrões. Ou a superamos em muito quando o Ministério Público listou 170 deputados suspeitos de falcatruas. A desmoralização pessoal dos representantes reflete-se na instituição, ao ponto de levar o senador Cristóvão Buarque a afirmar, com algum exagero, mas não totalmente fora de propósito, que o Brasil é hoje governado por medidas provisórias do Executivo e por liminares do Judiciário. A situação é agravada quando os contribuintes são informados de que pagam 100 mil reais por mês para sustentar um deputado e que a Câmara consome R\$ 2,6 bilhões por ano, três vezes mais do que os investimentos do governo federal em saúde.

Argumentou-se, inclusive e em altas esferas, que a corrupção é nossa e que não havia novidade nas revelações mensaleiras. É óbvio, no entanto, que a prática não justifica o crime e que o comportamento do partido que chegou ao poder agitando a bandeira da ética constituiu crime de estelionato eleitoral, fator agravante da frustração política e da descrença, se não do cinismo cívico. Ou, nas palavras do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, fator “de um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância”. No caso do Congresso, a justificativa é que a instituição é assim porque foi eleita assim. A culpa seria do eleitor. Em parte é, em parte não é. Não é, na medida em que o sistema de voto proporcional dificulta a relação entre eleitor e representante. Pesquisas mostram que seis meses depois das eleições os eleitores não se lembram mais qual foi seu candidato. O sistema proporcional inviabiliza também a possibilidade de cassação pelo eleitor do mandato do deputado ou senador corrupto ou ineficiente durante o mandato. Todos têm quatro e nove anos, respectivamente, de imunidade e de impunidade. Esses fatores institucionais pertencem, no entanto, a outra discussão.

O que deixo sugerido aqui é que, além da já cogitada eliminação do voto secreto nas decisões de cassação, seria necessário pensar em outras medidas moralizadoras que operem no intervalo das eleições. O fim do foro privilegiado para crimes comuns poderia ser uma delas. Se o autopolicimento não tem funcionado, seria talvez o caso de se pensar também em introduzir algum tipo de controle assemelhado ao que foi criado para o Judiciário. O Conselho Nacional de Magistratura, embora com funções restritas, já conseguiu avanços na moralização do Judiciário, sobretudo na contenção do nepotismo, do clientelismo e dos privilégios. Ou que se pense em outros mecanismos. O que é certo é que uma república que se quer representativa não pode conviver com as práticas atuais.

A tese do troco

A necessidade de novas medidas de controle do comportamento dos representantes se torna mais urgente quando se considera a precariedade do controle externo exercido pelas eleições. A tese da culpa do eleitor mencionada acima tem um lado correto. A entrada maciça de eleitores no sistema a partir de 1945, aliada aos altos índices de analfabetismo funcional e de pobreza, certamente torna boa parte do eleitorado vulnerável a práticas clientelísticas e populistas. Nesse terreno é que medram os políticos fisiológicos, é que se reelegem os corruptos. É nesse fenômeno que se baseou João Ubaldo, em crônica publicada no *Globo*, para colocar na boca de um de seus personagens o que poderíamos chamar de tese do troco. A tese afirma que os políticos responsáveis por bandalheiras e absolvidos pelos colegas levarão o troco do eleitor na próxima eleição. A conclusão pessimista de um segundo personagem, aparentemente encampada por João Ubaldo, é que, devido às condições do eleitorado e às características do sistema eleitoral, não haverá troco. Os corruptos voltarão ao Parlamento ou se elegerão novos aspirantes a corruptos. O personagem conclui: “O Brasil é o único país que não vai pra frente por falta de troco”.

Mas o problema não pode certamente ser resolvido com a cassação do eleitor, como feito em 1881, quando da introdução da eleição direta. A meu ver, o único remédio para a situação é de efeito a médio prazo. Só o aumento da escolaridade e o fim da pobreza darão ao eleitor condições de liberdade que lhe permitam rejeitar propostas clientelísticas. Dizer isso,

no entanto, é proclamar um círculo vicioso: para que o eleitor se veja em condições de escolher representantes capazes de aprovar políticas públicas que acabem com o analfabetismo funcional e a pobreza, é necessário que ele já se tenha libertado dessas duas pragas. Até lá, será impossível evitar, por exemplo, que políticas sociais fundamentalmente corretas, como o programa de Bolsa Família, se transformem em imensas máquinas clientelísticas, capazes de terem peso decisivo nas próximas eleições presidenciais.

É nessa realidade também que se baseiam os mensaleiros para distinguir entre opinião pública e opinião nacional. A distinção faz sentido. A opinião pública é a da sociedade que lê jornal e revista, que acessa a internet, que frequenta os *blogs*, que se organiza em sindicatos e associações. É a opinião que pode dar o troco, mas numericamente minoritária. A opinião nacional adiciona à opinião pública a multidão dos sem-troco, dos que têm baixa escolaridade e baixa informação, dos que só vêem televisão, dos desorganizados (lembre-se que apenas 20% dos trabalhadores são sindicalizados). A opinião nacional fecha o olho à mensalagem e desculpa os mensaleiros porque sua prioridade é sobreviver no mundo da necessidade.

O descompasso entre o amplo direito do voto e a restrita liberdade econômica para votar é uma perigosa armadilha para o sistema representativo. Ele tem levado ao populismo de estilo “chavista” e “moralista”, contra o qual não é certo que o Brasil já se tenha definitivamente vacinado. Há indícios perturbadores de que se pretende lançar a opinião nacional majoritária contra a opinião pública minoritária, em lamentável retrocesso político.

Afiando a cidadania

Escolaridade generalizada e alta funciona a médio prazo. A médio prazo, é possível que muitos neste salão ainda estejam vivos, mas creio que o ministro Velloso quer propostas de efeito mais imediato, capazes de afiar as garras dos cidadãos e torná-los menos passivos diante dos desacertos daqueles que os representam, governam, e julgam. Isso significa criar alternativas ao déficit de representação do Parlamento, aumentar o controle sobre o superávit de poder do Executivo e sobre o desempenho também deficitário do Judiciário. Estamos aqui diante de um vasto campo de experimen-

tação, limitado apenas por nossa capacidade de imaginar. Em determinado momento, ao final da ditadura, acreditamos nos movimentos populares como fatores de mudança. Erramos. Desses movimentos, resta, com poder de fogo, apenas o MST, que já perde legitimidade e se tem limitado à arena restrita do mundo rural. Recentemente, o MST manifestou interesse em se expandir para o mundo urbano. Tal expansão teria, sem dúvida, efeito potencialmente revolucionário. Mas será bloqueada pela presença do tráfico, ao qual o MST, ou que outro nome adote, terá de disputar o domínio das favelas. Recuso-me, assustado, a pensar na hipótese colombiana de uma aliança entre um eventual MST urbano e o tráfico.

Também já depositamos esperança nas experiências de orçamento participativo. A avaliação dos resultados não tem sido conclusiva. Essas experiências esbarram na relutância dos próprios prefeitos em sujeitar fatias substantivas do orçamento à decisão das comunidades, na inevitável tentação da manipulação clientelística, e na oposição dos representantes tradicionais localizados nas câmaras e assembleias legislativas. Alguns analistas têm chamado, com toda a razão, a atenção para novos instrumentos de ação criados pela Constituição de 1988. Mencionam-se, sobretudo, os institutos jurídicos das ações diretas de inconstitucionalidade, de ação popular e de ação civil pública. Há aí, sem dúvida, um vasto campo de atuação, limitado, no entanto, pela falta de conhecimento da existência dessas armas e pela descrença na eficácia dos tribunais.

Informação e educação

A ignorância dos instrumentos constitucionais de defesa dos cidadãos está vinculada ao desconhecimento escandaloso, já comprovado em pesquisas, que os brasileiros têm de seus direitos. Ignora-se não apenas como exercê-los, mas sua própria existência. Pesquisa de 1997 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro revelou que 60% dos entrevistados não conseguiam citar um direito sequer. Nesse campo, há experiências exitosas de algumas ONGs que criaram balcões de direitos em comunidades carentes. Nesses balcões, voluntários explicam os direitos, indicam os caminhos para os reclamar, encaminham os interessados às pessoas e órgãos competentes. Não consigo convencer-me de que a multiplicação, aos milhares, desses balcões nas favelas

não possa ter um efeito poderoso de afiar as armas dos cidadãos.

Na mesma direção, a introdução da obrigatoriedade do ensino do título II da Constituição, dedicado aos direitos e garantias, da oitava série ao final do ensino médio, pode ter enorme impacto. A Constituição, como existe hoje, é em boa parte obra de ficção, devia ser classificada nas livrarias na seção de literatura brasileira. Em minha experiência de professor universitário de História do Brasil, só encontrei um aluno que declarou ter lido a Constituição. Ele o fizera porque era, ao mesmo tempo, aluno de Direito. O título II deveria ser condensado em cartilhas a serem distribuídas de graça e ensinado em todas as escolas, públicas e privadas. Essa educação cívica é indispensável em qualquer país. Em matéria de cidadania, assim como em outras, todos nascem analfabetos e não será nos lares que a maioria se alfabetizará.

Outro instrumento estratégico para dar garras ao cidadão é o que se convencionou chamar de inclusão digital, já objeto de iniciativas de alguns órgãos do governo e de várias ONGs. Os milhões em dinheiro público mensalizados, nepotizados, clientelizados, desviados, ou simplesmente furtados, seriam mais que suficientes para equipar todas as escolas, do básico ao terceiro grau, com computadores. O peso da internet na política dificilmente poderia ser exagerado. Ele ficou evidente durante o plebiscito sobre o comércio de armas e durante as CPIs do mensalão e dos mensaleiros. Na internet, a informação corre mais rápido, mais livre, mais comentada, mais discutida, mais irreverente. O Brasil já tem cerca de 30 milhões de internautas e seu número cresce rapidamente. Multiplicado esse número, digamos, por três, teremos 90 milhões de cidadãos mais bem informados, uma cidadania com mais garra, com abundante troco para dar aos políticos. A inclusão digital é a maneira mais rápida de aumentar o coeficiente de opinião pública no conjunto da opinião nacional.

Parcerias

No terreno da administração, o estabelecimento de parcerias com o terceiro setor está longe de ser consensual, mas também está longe de esgotar suas possibilidades. A falta de consenso deve-se em parte ao argumento de que tarefas públicas devem ser executa-

das pelo Estado, em parte por não se confiar no terceiro setor. Quanto ao primeiro ponto, é óbvio que se o Estado cumprisse sua obrigação, não haveria necessidade de parcerias. Mas, mesmo que cumprisse, haveria sempre campos de atuação abertos à cooperação. Afinal, a definição do que seja tarefa de Estado não é fixa, altera-se ao longo da história. Quanto ao segundo ponto, a falta de confianças no terceiro setor, é também óbvio que toda ONG que se candidatar a parcerias com o governo deveria ser obrigada a se submeter à rigorosa auditoria independente. A não ser assim, o risco de serem usadas como fonte escusa de desvio de dinheiro público continuará grande. Em se tratando de ONGs bem administradas e bem auditadas, as parcerias, sobretudo nas áreas de segurança e controle da violência, educação de jovens e educação cívica, constituem um método barato e eficaz de complementar a ação de governos em áreas problemáticas. Há, sem dúvida, ONGs apenas interessadas em repassar, ou mesmo desviar, dinheiro público; outras, no entanto, são compostas de voluntários, muitos deles remanescentes da velha esquerda idealista, ainda imunes ao vírus do cinismo que já contagiou quase todos os brasileiros.

Cidadão e contribuinte

Termino com uma proposta que diz respeito a uma revisão da própria conceituação de cidadão. Somos herdeiros de uma longa história sem grandes rupturas, em que as transformações se dão pelo alto, em que o patrimonialismo ainda persiste e, quando muito, se transforma em mero estatismo. É alheia à nossa tradição a concepção do Estado com produto de forças e lutas sociais, formatado de fora para dentro, típico da revolução burguesa, ou de baixo para cima, como o gerado pela Revolução Francesa. Em nossa tradição, o Estado é visto como proprietário dos dinheiros públicos, podendo deles dispor livremente. O dinheiro, nessa visão, não é público, é estatal. Nosso conceito e prática da cidadania limitam-se a mencionar os direitos civis, políticos e sociais, com ênfase nos últimos que foram reforçados recentemente pela invenção dos direitos do consumidor. Ser cidadão entre nós é, sobretudo, ser incorporado ao crescente exército de funcionários públicos, de operários de estatais, de contratadores de serviços públicos, de aposentados e pensionistas. Usei uma vez a expressão estadania para me referir a esse traço da cultura política nacional.

Um aspecto crucial da tradição anglo-saxônia, fundadora da democracia liberal moderna, ficou totalmente eclipsado entre nós. Refiro-me à própria origem da representação moderna quando, no século XIII, os barões ingleses arrancaram do rei a Magna Carta. Para aceitar que o rei lhes impusesse taxas e serviço militar, exigiram, em contrapartida, o direito de se representar nos conselhos reais. É conhecido o princípio: “*No taxation without representation*”, nenhum imposto sem representação, e a representação como condição para a cobrança de imposto. O conceito de cidadão como pagador de impostos, como contribuinte, permanece até hoje como um dos pilares da tradição anglo-saxônia. A visão do cidadão como contribuinte tem muitas vantagens e pode servir de base para uma atuação política muito mais agressiva, sobretudo em uma tradição, como a nossa, em que os representantes, que deveriam ser a contrapartida da taxação, acabam sendo eles mesmos os maiores comedores dos impostos. Lembremos dos 2,6 bilhões anuais gastos pela Câmara.

Ora, se o cidadão é o contribuinte, o que de fato é, o dinheiro é dele e não do Estado. Sendo dele, o dinheiro é público, assim como o Estado é um administrador público. O cidadão-contribuinte é dono do Estado, a quem encarrega de administrar seus impostos em benefício público. Tudo o que o Estado, em todos os seus poderes, em todas as suas agências, em todos os seus níveis, do presidente ao prefeito, despende, ou desperdiça, ou desvia, ou furta, sai do bolso do contribuinte. Trata-se, como costuma dizer Anselmo Góis, “do meu, do seu, do nosso, dinheiro”. Se o cidadão se convence dessa verdade de que é o dono do dinheiro público, ele será muito mais criterioso ao pagar impostos e muito mais vigilante no controle dos gastos públicos. Isso é, sobretudo, importante em país de forte tradição fiscalista, em que a carga tributária é das mais altas do mundo e em que o gasto do dinheiro público é dos mais irresponsáveis. Uma ação contundente do cidadão-contribuinte atingiria o coração desse Estado fiscalista e teria mais eficácia do que próprio exercício do voto.

Uma consequência prática dessa premissa é que, se o dinheiro é do cidadão, ele tem o direito de saber exatamente quanto está pagando ao governo quando exerce suas atividades econômicas. Como acontece em muitos países, as notas fiscais ou qualquer nota de compra de bens e serviços deveriam informar a parcela que vai para o governo a título de imposto. A lei deveria impor o fornecimento dessa informação. Creio que já

existe uma associação chamada De Olho no Imposto, criada conjuntamente pela Associação Comercial de São Paulo e pela Força Sindical, que luta exatamente pela aprovação de lei nesse sentido. Outra ONG, a Contas Abertas, é excelente exemplo de serviço de esclarecimento do contribuinte sobre como é gasto seu dinheiro. Recentemente, ela revelou, por exemplo, que foram gastos 16 milhões de dólares de dinheiro público, desviados de outras rubricas, para pagar a passagem de um astronauta brasileiro ao espaço. Ao tomar conhecimento desses gastos, o cidadão estará em muito melhor condição de avaliar os custos e benefícios do passeio espacial. Como instrumentos adicionais de informação, os jornais poderiam ser incentivados a criar seções de defesa dos direitos do contribuinte semelhantes às que já possuem de defesa do consumidor.

Em casos extremos, os cidadãos deveriam ter o direito de se recusarem a pagar impostos quando o dinheiro público estivesse sendo pilhado ou mal gasto. Se é legítima a revolta contra o despotismo político, também será legítima a revolta contra o despotismo fiscal e o mau uso do dinheiro público. É a velha e boa lição dos movimentos de desobediência civil de Henri Thoreau e do Mahatma Gandhi.

Mil Flores

Algumas das sugestões acima, e o espírito geral que as informa, representam rompimentos com nossa tradição cívica de estadania, de fatalismo diante do poder, de descaso pelo interesse público, de resistência à ação coletiva, de cinismo político. Como historiador, alimento muito ceticismo em relação a promessas de mudanças, sobretudo quando elas pretendem “refundar esse país”. Mas o ministro Velloso, ao justificar esse fórum, falou em revolução. Não é de seu estilo querer “refundar esse país”, mas entendo que, usando a expressão, ele pretendia desafiar nossa imaginação a inventar caminhos para a construção de uma república democrática. Pode-se dizer que a busca de novos caminhos é hoje uma preocupação universal. Tudo está em aberto, inclusive a própria idéia de cidadania. O que há de positivo é verificar que hoje temos melhores condições do que no passado de participar ativamente do esforço, sem ter de esperar que outros nos indiquem o caminho. Que floresçam mil flores, como conclamou Mao Tse Dong. Flores brasileiras, naturalmente.